



EDUCAÇÃO

Um histórico que vai da pré-escola ao 3º grau

Projeto de lei do “SUS da Educação”, aprovado na Câmara, pretende fazer o acompanhamento integral da trajetória do aluno. Dispositivo propõe, também, aprofundar a cooperação e a integração entre as redes de ensino municipais, estaduais e federal

» LETÍCIA CORRÊA*
» RAFAELA BOMFIM*

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 235/19, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE). A matéria, que segue para análise no Senado, institui normas de cooperação entre União, estados e municípios na adesão de políticas públicas e programas educacionais. Apelidada de “SUS da Educação”, traz como inovação o Identificador Nacional Único do Estudante — um prontuário que reunirá todo o histórico escolar dos alunos, da pré-escola ao ensino superior, válido em todo o país.

“Cada rede tem seus próprios dados e não existe uma base integrada. O que estamos propondo é uma infraestrutura nacional que reúna essas informações em tempo real, tal como já acontece na saúde. O professor poderá conhecer o prontuário do aluno, independentemente de onde ele estude. Isso fará com que as políticas públicas sejam mais assertivas”, explicou ao **Correio** o relator do PL, deputado Rafael Brito (MDB-AL).

Segundo o parlamentar, o “SNE é um instrumento que se assemelha ao SUS, um sistema criado com o objetivo de fixar as normas para a cooperação entre os entes da federação e estabelecer espaços de diálogo para a formulação de referências para implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Com isso, promove a racionalização de recursos e reduz a sobreposição de tarefas, tornando a educação mais eficiente”.

O PL também prevê a criação da Infraestrutura Nacional de Dados da Educação (INDE), que integrará as informações entre redes das unidades da Federação. A plataforma permitirá a elaboração de indicadores nacionais e regionais mais confiáveis, medir o fluxo escolar e identificar gargalos como a evasão.

“Decorreram quase 11 anos desde que o Plano Nacional de Educação determinou a criação do SNE. A INDE é necessária porque o compartilhamento regular de dados permitirá articulação e cooperação em matéria educacional”, observou Brito.

Análise aprofundada

Além da integração de dados, o projeto prevê avaliações do ensino, da estrutura das escolas, da atuação dos profissionais e da destinação de recursos. A cada ano, pelo menos 80% dos estudantes de cada série deverão participar dos exames nacionais, que gerarão informações para orientar políticas educacionais.

O projeto define normas específicas para a educação indígena e quilombola, que deverão ser validadas por representantes dessas comunidades. Porém, não trata da ampliação do acesso à educação básica, da oferta de creches para crianças de zero a três anos, nem

Tony Oliveira/Agência Brasília



Caso torne-se lei, a vida escolar de um indivíduo estará registrada desde o momento em que começa a estudar

da educação de jovens e adultos que não concluíram o ciclo regular.

Segundo o PL, estão garantidas a manutenção de programas de incentivo à permanência escolar, institui o Custo Aluno Qualidade (CAQ) de forma progressiva,

preserva recursos para universidades federais e mantém ações de assistência e financiamento estudantil. “O maior ganho é a governança. Hoje, o MEC (Ministério da Educação) cria uma política e cada ente adere se quiser. O que estamos

criando é uma mesa nacional e estadual de diálogo, onde União, estados e municípios irão discutir juntos e construir as políticas públicas de forma articulada”, explicou.

Os opositores, porém, criticaram o PL. O deputado Kim



Não existe uma base integrada. O que estamos propondo é uma infraestrutura nacional que reúna essas informações em tempo real, tal como já acontece na saúde”

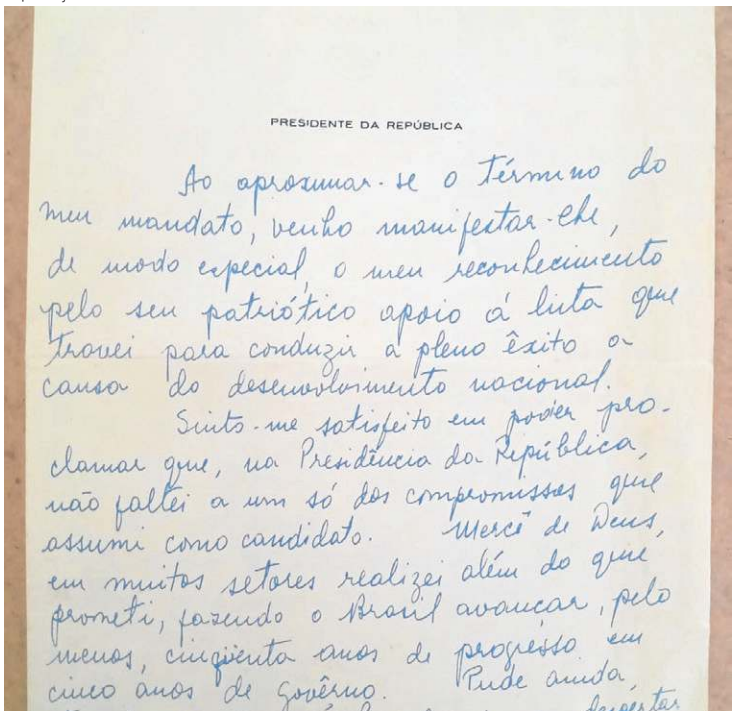
Deputado Rafael Brito (MDB-AL), relator do PL 235/19

Kataguiri (União-SP) acredita que falta responsabilização dos gestores públicos da educação. Disse que nada aconteceria a um ministro da Educação que aumentasse o orçamento da pasta, mas, mesmo assim, o ensino brasileiro não avançasse no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

“Ele saíria pela porta da frente, sem nenhuma responsabilização administrativa ou criminal”, criticou.

Já a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) questionou os ganhos trazidos pela aprovação do projeto. “Existem alguns problemas que podem gerar insegurança jurídica, principalmente para ensino particular e superior”, observou.

Reprodução



Mensagem do ex-presidente foi achado ao ser feito o inventário do museu

AMAZÔNIA

Carta chamará atenção para questões econômicas

» CAETANO YAMAMOTO*

Os participantes da Semana da Sociobiodiversidade 2025 fecham hoje os termos de uma carta que será entregue a representantes do governo federal. O documento chamará a atenção para o fato de que a sociobiodiversidade ainda enfrenta vários desafios — como falta de incentivos fiscais, problemas logísticos e inclusão sanitária. A ideia é mostrar para o Executivo que, na região que receberá a COP30, em novembro, em Belém, há excesso de carências e as iniciativas existentes

ainda são incapazes de apresentar um horizonte de melhorias.

Segundo o secretário-geral do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Dione Torquato, o objetivo central da semana foi discutir como as economias da sociobiodiversidade podem gerar emprego e renda, a partir de economias locais. Somente isso é capaz de garantir o modo de vida de populações tradicionais (em reservas extrativistas, terras indígenas, comunidades quilombolas e reservas extrativistas marinhas) e a manutenção de ecossistemas.

“Queremos discutir a bioeconomia que traga essa inter-relação entre os recursos naturais, a garantia do modo de vida das pessoas e a valorização e proteção desses territórios”, explica Torquato.

Ele frisou a importância da participação das novas gerações no evento. “É importante que essa juventude tenha a responsabilidade de assegurar e ser os guardiões do nosso modo de vida, da nossa cultura, conhecer o seu processo de ocupação desses territórios e de uso desses territórios por meio do conhecimento das nossas histórias passadas em gerações e gerações”, destacou.

No encerramento da Semana da Sociobiodiversidade 2025, hoje — data em que se celebra o Dia da Amazônia —, a secretária-executiva do OSocioBio, Laura Souza, destaca que um dos temas do debate

é a desconexão da política e do legislativo da realidade das amazonidas. “Os projetos de lei não são adequados ou não pensam nas especificidades dessas comunidades, que têm necessidades muito específicas”, observa.

Para o representante do presidente da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), Ecívaldo Dias Ferreira, o evento serviu para reforçar a lista de reivindicações dos produtores — como recursos extras, valorização do produto natural e a fiscalização do território Amazônico. “Os invasores acabam se fortalecendo. O governo deve olhar mais para a Amazônia, que representa não só o Brasil, mas o planeta”, salienta.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ricardo Stuckert/PR



Desenvolvimento da economia extrativista favorece a preservação